

Ata da sessão de consulta pública sobre a concessão florestal da Floresta Nacional Jacundá, realizada em 19 de novembro de 2010 em Cujubim, Rondônia.

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e vinte e dois minutos, na Câmara Municipal de Cujubim/RO, foi realizada a audiência pública para apresentar e discutir a minuta de edital de concessão florestal da Floresta Nacional (Flona) Jacundá. O Sr. Luiz César Lima, coordenador de editais da Gerência-executiva de Concessão Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, saudou a todos e convidou para compor a mesa de abertura as seguintes autoridades: o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, o chefe da Unidade Regional Purus Madeira do Serviço Florestal Brasileiro, o prefeito municipal de Cujubim, o presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cujubim e o chefe da Flona Jacundá. O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro agradeceu à Câmara de Vereadores pela cessão do espaço para a audiência pública e esclareceu que este era um momento necessário para discutir e adequar o pré-edital de concessão florestal federal na Flona Jacundá. Destacou o lançamento oficial da etapa de exploração da área de concessão da Flona Jamari, que foi realizado no dia dezessete do mês corrente, mostrando que a concessão é um processo para legalizar o mercado de madeira com condições adequadas de trabalho. Registrou também que o Serviço Florestal Brasileiro colocou à disposição sua Ouvidoria para esclarecer sobre o processo de concessões. Em seguida, passou a palavra para o chefe da Flona Jacundá, que discorreu sobre a criação da unidade de conservação, sua área e finalidade. O Sr. Denis Rivas expôs sua expectativa de que as concessões tragam benefícios para as comunidades e a sociedade em geral a partir da coleta das opiniões e sugestões nas audiências públicas. O presidente da Câmara Municipal saudou a todos e expressou sua satisfação com a presença de empresários e membros das comunidades urbanas e rurais para discutir a concessão da Flona Jacundá. Também destacou a importância do setor empresarial madeireiro para o município. O Sr. Maurício Sacramento cumprimentou a todos e discorreu sobre a área de atuação da Unidade Regional Purus Madeira do Serviço Florestal Brasileiro e suas competências concernentes à concessão florestal. Ressaltou que o que puder ser melhorado depende da participação da população de cada município que está na área de influência da Flona Jacundá. O prefeito de Cujubim saudou a todos e versou sobre a importância da audiência pública para esclarecer o processo de concessão no município, o qual depende da economia da madeira. Divulgou projetos para esgotos, água tratada e coleta de lixo no município em parceria com outros municípios de Rondônia e Mato Grosso. O Sr. Antônio Carlos Hummel explicou que a função do Serviço Florestal Brasileiro é esclarecer o processo de concessões florestais federais e exercitar a democracia com a população para resolver conflitos. Desfez a mesa e convocou gerente-executivo de Concessão Florestal para apresentar o pré-edital. O Sr. Marcelo Arguelles expôs os principais aspectos do pré-edital de concessão: conceitos de pré-edital de concessão, audiência pública, concessão florestal, zoneamento e gestão territorial; objetivos da concessão; o que não é incluído na concessão florestal; conceito de manejo florestal sustentável; direitos das comunidades; potenciais benefícios para os municípios, as empresas locais e as comunidades locais;

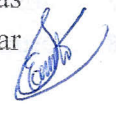
43 indicadores do processo de concessão da Flona Jacundá (produção de toras, número de
44 empregos gerados, receita a ser recolhida, economia gerada pelo processamento da
45 madeira etc); amparo legal para as concessões florestais; breve histórico do pré-edital de
46 concessões; potencial dos recursos da Flona Jacundá; área da Flona; definição de
47 Unidades de Manejo Florestal (UMFs); incentivos às pequenas empresas; condições de
48 participação e habilitação das empresas para concorrer à licitação da concessão
49 florestal; obrigações dos concessionários; critérios para julgamento das propostas;
50 preços mínimos por grupos de espécies florestais e seu cálculo de pontuação; proposta
51 técnica e seu cálculo de pontuação; regime econômico financeiro do contrato
52 (pagamento por preços florestais; obrigações financeiras contratuais; potencial
53 produtivo); valor de referência do contrato; critérios bonificadores; distribuição dos
54 recursos advindos das concessões florestais; instrumentos de gestão, monitoramento e
55 transparência. Após a conclusão dessa apresentação, o Sr. Antônio Carlos Hummel
56 convocou para a mesa es para responder às questões do público presente os Srs.
57 Marcelo Arguelles, Maurício Ferreira do Sacramento e Denis Rivas. A Sra. Valéria da
58 Mata perguntou como ficará a situação das comunidades que estão em área da Flona
59 próxima à área de concessão florestal federal, se as famílias seriam indenizadas no caso
60 de serem desapropriadas. O Sr. Denis Rivas esclareceu que foi realizado levantamento
61 de títulos de propriedades na área da Flona e que apenas dois títulos foram localizados
62 próximos ao Rio Madeira. Os lotes dos Soldados da Borracha estão fora da Flona e até o
63 momento não foi localizado qualquer morador nem houve manifestação de moradores
64 que estivessem habitando a área da Flona. Se surgir algum título ou documento
65 legítimo, o ICMBio apreciará e indenizará. A Sra. Valéria da Mata enfatizou que se
66 referiu à zona 9 da gleba 3, setores 13 e 14 para saber se essas áreas estão no interior da
67 Flona. O Sr. Márcio Lovatti esclareceu que essa área está na Reserva Extrativista
68 Jacundá e não na Flona. O Sr. Ivan Costareivindicou que a média de preço seja
69 adequada para as empresas de Cujubim. Registrou que não se sentia contemplado nas
70 ações do governo federal para pequenos empresários, pequenos produtores e
71 agricultores. Criticou que o conteúdo do pré-edital continuasse o mesmo desde a
72 reunião técnica realizada com a sociedade civil e Serviço Florestal Brasileiro em
73 Cujubim no dia 04 de novembro do corrente ano. O Sr. Antônio Carlos Hummel
74 esclareceu que o agente público só pode fazer o que a lei permite e que o contexto atual
75 no Brasil é de abertura democrática para discussões. O que está se propondo nas
76 concessões é um investimento com retorno às comunidades e sociedade a longo prazo
77 com manejo florestal sustentável e sustentabilidade para as comunidades. O setor
78 madeireiro precisa se organizar, principalmente os pequenos "toreiros" e madeireiros,
79 dentro da legalidade. O Serviço Florestal Brasileiro pode apoiar com capacitações. O Sr.
80 Marcelo Arguelles informou que o preço foi definido em levantamento feito junto às
81 empresas e com estudos de economistas e técnicos do Serviço Florestal Brasileiro. Para
82 ele, já que a Cooperativa de Extrativistas de Madeira e Agroflorestal de Cujubim quer
83 participar das concessões, precisa definir em qual momento se dará essa participação: se
84 entrará com um consórcio, se trabalhará com resíduos das concessionárias ou outras
85 ações. O Sr. Maurício Sacramento esclareceu que a proposta que está no pré-edital.



86 discutida nas reuniões técnicas e nesta audiência pública, pode ser alterada, desde que se
87 apresentem argumentos e outras propostas tendo como referência o mercado local. O Sr.
88 Antônio Carlos Hummel solicitou que o Sr. Ivan Costa apresentasse uma planilha com a
89 proposta de preço ao Serviço Florestal Brasileiro posteriormente. Firmou compromisso
90 de enviar o Sr. Hélio Pontes, da Gerência-executiva de Florestas Comunitárias (Gefloc),
91 para reunir com a Cooperativa e discutir a organização dessa entidade e a forma do
92 Serviço Florestal Brasileiro apoiar suas ações. A Sra. Neide Alberto perguntou se
93 poderia ser inserida no edital a exigência de investimento de empresas em Cujubim para
94 gerar empregos e renda no município. O Sr. Antônio Carlos Hummel afirmou que não
95 se pode inserir isso no edital por força da lei, porém não há dúvida de que haverá
96 investimentos das empresas em Cujubim. O Sr. Marcelo Arguelles diferenciou o
97 recebimento de recursos diretos da arrecadação pelas concessões e a movimentação da
98 economia pelas concessões por meio de geração de empregos, investimento em
99 infraestrutura e serviços locais no município. Cada empresa ou consórcio das
100 concessões compromete-se em investir recursos para benefícios às comunidades por
101 ano, recurso que será mediado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. O Sr. Luiz
102 César Lima esclareceu que o Conselho Municipal de Meio Ambiente definirá onde será
103 investido o recurso das concessões. Em Cujubim, a indústria madeireira é muito forte e
104 o recurso será mais significativo do que em Candeias do Jamari e Porto Velho. A Sra.
105 Maria de Fátima Saunier parabenizou a realização da audiência, ratificou que este
106 processo de concessão é um momento privilegiado na democracia do Brasil para que
107 haja participação de todos e as decisões sejam tomadas embasadas legalmente. O Sr.
108 Marcelo Arguelles enfatizou que a audiência estava aberta para propostas e sugestões e
109 que a questão colocada pela Sra. Neide Alberto quanto a uma especificação de
110 benefícios para Cujubim, já que o município não receberá o recurso arrecado
111 diretamente pelas concessões, será apreciada. O Sr. Paulo Jair afirmou ser um dos
112 empresários com quem foi colhido o preço da madeira para o pré-edital, juntamente
113 com outros que ele próprio conhece. Expressou sua expectativa de que uma empresa de
114 Cujubim ganhasse uma parte das concessões para que os investimentos possam ficar no
115 município. Propôs à cooperativa e aos empresários locais que façam um estudo com um
116 engenheiro florestal para definir um preço de madeira adequado ao município e à Flona.
117 O Sr. Antônio Carlos Hummel afirmou que o atual pré-edital é muito melhor do que o
118 da Flona Jamari, porque muitas contribuições vieram para o Serviço Florestal Brasileiro
119 em outras audiências e por meio do contato com empresas e comunidades. Ressaltou, no
120 entanto, que a política florestal para Rondônia não pode se limitar às concessões
121 florestais. O governo do estado precisará realizar outras ações, inclusive com as
122 florestas estaduais. O Sr. Marcelo Arguelles afirmou que a falta de representantes do
123 setor madeireiro nesta audiência prejudicou o aperfeiçoamento do pré-edital. Sugeriu
124 que o Sr. Paulo Jair contactasse os demais empresários de Cujubim para apresentarem
125 propostas no período em que o pré-edital estiver aberto para contribuições por meio da
126 Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro. A Sra. Rosa Becker, presidente do Sindicato
127 dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cujubim, afirmou que já houve muitas
128 promessas no processo de concessões da Flona Jamari, que concorda com as concessões.



129 florestais federais, porém reivindicava que o Serviço Florestal estivesse mais presente
130 em Cujubim e que priorizasse a Cooperativa. O Sr. Antônio Carlos Hummel informou
131 que o Serviço Florestal Brasileiro está presente e cumprindo o que foi prometido por
132 meio da Unidade Regional Purus Madeira. Acrescentou que o Serviço Florestal
133 Brasileiro apóia os pequenos produtores e exemplificou o apoio oferecido na Flona
134 Tapajós à Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona). O Sr. Paulo Jair perguntou
135 sobre qual a garantia contratual. O Sr. Marcelo Arguelles respondeu que a garantia pode
136 ser prestada por diversas modalidades, inclusive seguro-caução. As pequenas empresas
137 têm um desconto maior em relação a isso. O Sr. Luiz César Lima informou que o valor
138 da caução será devolvido corrigido à empresa no final dos 40 anos, quando o contrato
139 será encerrado, se não houver nenhuma pendência por parte do concessionário.
140 Lembrou que os benefícios das concessões abrangem o fornecimento de alimentação,
141 uniforme, maquinário, mão-de-obra, comércio de peças e autopeças às concessionárias
142 pelas empresas locais, gerando empregos e renda em vários setores. O Sr. Marcelo
143 Arguelles conclamou os presentes para que pudessem sugerir a inserção de
144 bonificadores como a realização de parceria das empresas concessionárias com
145 empresas locais de vários setores. O Sr. João Becker enfatizou que a Cooperativa de
146 Extrativistas de Madeira e Agroflorestal de Cujubim precisa ser mais valorizada nas
147 concessões e ser ouvida pelo Serviço Florestal Brasileiro para participar do processo. O
148 Sr. Antônio Carlos Hummel afirmou que Cujubim será o grande beneficiário das
149 concessões da Flona Jacundá, mas que a população precisa colocar suas propostas e
150 sugestões para adequar o pré- edital às suas necessidades. A Sra. Valéria da Mata propôs
151 que seja melhor estudada a área de concessões, para não limitar a concessão a quatro
152 empresas nem danificar a Flona, pois, em sua opinião, a área é muito grande para
153 poucas empresas explorarem. O Sr. Antônio Carlos Hummel ressaltou que a política
154 pública de concessões florestais está atrasada cinquenta anos no Brasil, pois a discussão
155 vem de longa data e há experiências de várias décadas em outros países. Esclareceu que
156 a quantidade de UMFs é definida conforme viabilidade econômica e sustentabilidade da
157 economia da madeira. O Sr. Marcelo Arguelles esclareceu as razões para definir que
158 seriam quatro UMFs para concessões: perfil dos produtos gerados pelas empresas da
159 região e locais, potencial da criação de aglomerado industrial que possa gerar benefícios
160 para o município. O Sr. Denis Rivas informou que nas concessões há órgãos públicos
161 diretamente envolvidos como o Serviço Florestal Brasileiro, entre os quais o ICMBio e
162 o Ibama. Esses três órgãos preocupam-se com a sustentabilidade da floresta, do meio
163 ambiente e das comunidades. O Sr. Maurício Sacramento esclareceu que há um ciclo de
164 exploração no período de concessões de 40 anos com práticas que contribuam para que
165 a floresta permaneça em pé. Para aumentar a quantidade de áreas de concessões para
166 envolver mais empresas madeireiras, elas explorariam áreas pequenas e um maior
167 número de espécies, o que não cumpriria o princípio da sustentabilidade da floresta.
168 Informou também que há um monitoramento do processo de concessões florestais
169 federais para que a floresta não seja destruída e para garantir o cumprimento do que está
170 no contrato com órgãos públicos e sistema de monitoramento, inclusive com auditorias
171 independentes. A Sra. Valéria da Mata afirmou que, a concessão não deveria englobar



toda a área das Flonas, porque o papel do governo federal é preservar a floresta. O Sr. Antônio Carlos Hummel esclareceu que as concessões não são em toda a área das Flonas. O plano de manejo das unidades de conservação define as atividades que devem ser desenvolvidas nelas e o plano da Flona Jacundá definiu as áreas para concessões e para outras atividades como turismo ecológico. Ele reiterou que as concessões florestais federais são uma política estruturante e de longo prazo. O Sr. Marcelo Arguelles afirmou que a área a ser concedida corresponde a apenas uma pequena parte de áreas públicas passíveis de concessão florestal federal, de acordo com o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2010. O Sr. Antônio Carlos Hummel lembrou que o Serviço Florestal Brasileiro objetiva estabelecer uma indústria de caráter florestal sustentável em todo o país. O Sr. Ivan Costa afirmou que o trecho mais viável para escoamento da madeira da Flona Jacundá é via Cujubim. Segundo ele, na UMF IV há famílias que possuem terras com documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que ajudaram a preservar a Flona e graças a elas ainda há floresta em pé. Esclareceu, ainda, que muitas dessas pessoas fazem parte da Cooperativa de Extrativistas de Madeira e Agroflorestal de Cujubim. O Sr. Antônio Carlos Hummel afirmou que esperava que a Cooperativa participasse do processo de licitação ou de serviços às empresas concessionárias. O Serviço Florestal Brasileiro ouviria todas as opiniões e sugestões, mesmo que elas não estivessem diretamente ligadas às concessões florestais federais, como as demandas levantadas pelo PAF Jequitibá na audiência pública de Candeias do Jamari. O Sr. Marcelo Arguelles enfatizou que aguardaria o envio da documentação da comunidade que está presente na audiência e que possui terras na UMF IV para serem tomadas as providências necessárias. O Sr. Márcio Lovatti esclareceu que no processo de concessões o preço pago pela madeira pelas concessionárias é acrescido por outros encargos, entre eles impostos, obrigações trabalhistas e infraestrutura na área de exploração. Por isso, acredita que o preço atual da madeira que está no pré-edital deveria ser alterado. O Sr. Ivan Costa enfatizou que há acréscimos de gastos para escoamento da madeira também porque há UMFs das quais será mais difícil retirar a madeira e levar para a sede do município e para outros locais. Segundo os Srs. Antônio Carlos Hummel e Marcelo Arguelles, as alterações a serem realizadas precisam ser provenientes de propostas específicas e bem embasadas. Alguns moradores das comunidades que estão em área próxima ou que julgam estar no interior da Flona Jacundá entregaram documentos para o Sr. Denis Rivas. O Sr. Antônio Carlos Hummel agradeceu a presença de todos, reafirmou a importância da participação popular no processo de concessões e encerrou a audiência às doze horas e sete minutos. Eu, Eliriane dos Anjos da Silva Albuquerque, técnica em Políticas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro lotada na Unidade Regional Purus Madeira, lavrei a presente ata.

Eliriane dos Anjos da Silva Albuquerque
Eliriane dos Anjos da Silva Albuquerque

Relatora